



**ANTONIO MENEGHETTI FACULDADE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

NADINE MILANESI TRINDADE

**EVIDENCIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SUSTENTABILIDADE NAS
EMPRESAS DO SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICO DA B3 ADERENTES AO
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)**

**RESTINGA SÊCA, RECANTO MAESTRO
2024**

NADINE MILANESI TRINDADE

**EVIDENCIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SUSTENTABILIDADE NAS
EMPRESAS DO SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICO DA B3 ADERENTES AO
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)**

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis, Curso de Graduação em Ciências
Contábeis, Faculdade Antonio Meneghetti - AMF.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Luciana Paim Pieniz
Coorientadora: Prof^ª. Ma. Iasmim Ingrid Kappke

RESTINGA SÊCA, RECANTO MAESTRO
2024

NADINE MILANESI TRINDADE

**EVIDENCIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SUSTENTABILIDADE NAS
EMPRESAS DO SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICO DA B3 ADERENTES AO
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)**

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis, Curso de Graduação em Ciências
Contábeis, Faculdade Antonio Meneghetti - AMF.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Luciana Paim Pieniz
Coorientadora: Prof^ª. Ms. Iasmim Ingrid Kappke

Restinga Sêca, 14 de Dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA PAIM PIENIZ**
Data: 02/07/2026 16:17:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Luciana Paim Pieniz
Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso
Faculdade Antonio Meneghetti

Documento assinado digitalmente
 **IASMIM INGRID KAPKE**
Data: 02/07/2026 15:52:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Ms. Iasmim Ingrid Kappke
Coorientadora do Trabalho de Conclusão de Curso
Faculdade Antonio Meneghetti

LEANDRA CALGARO
MENEGETTI:7808069000
6

Assinado de forma digital por
LEANDRA CALGARO
MENEGETTI:78080690006
Dados: 2026.07.02 13:14:25 -03'00'

Prof^ª Ms. Leandra Calgaro Meneghetti
Membro da Banca Examinadora
Faculdade Antonio Meneghetti

Documento assinado digitalmente
 **HELENA BIASOTTO**
Data: 02/07/2026 14:43:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Helena Biasotto
Membro da Banca Examinadora
Faculdade Antonio Meneghetti

EVIDENCIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS DO SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICO DA B3 ADERENTES AO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

Nadine Milanesi Trindade¹

Luciana Paim Pieniz²

Iasmim Ingrid Kappke³

RESUMO:

As empresas que destacam investimentos em sustentabilidade tornam-se protagonistas em um mercado focado no impacto positivo, responsabilidade corporativa e práticas ambientais. O objetivo principal é analisar como os investimentos em sustentabilidade impactam os ativos dessas empresas, com foco nas práticas ambientais e nas obrigações relacionadas a passivos ambientais. Os objetivos específicos incluem examinar a evolução dos investimentos ambientais, investigar iniciativas sociais e avaliar a governança corporativa sustentável. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, foi realizada através da análise de conteúdo. Os resultados mostram que as empresas do setor contribuem significativamente para a economia, com práticas ESG melhorando sua imagem corporativa e atraindo investidores e consumidores. Contudo, algumas limitações foram identificadas, como a dificuldade em mapear os ativos e passivos ambientais nas demonstrações financeiras. Sugere-se para as pesquisas futuras concentrar-se na regulamentação de informações ambientais e no desenvolvimento de indicadores financeiros e não financeiros mais claros para medir o impacto da sustentabilidade no desempenho corporativo.

Palavras-chave: NBC T 15; ativos ambientais; sustentabilidade empresarial; responsabilidade ambiental; governança corporativa.

DISCLOSURE OF SUSTAINABILITY INVESTMENTS IN NON-CYCLICAL CONSUMER SECTOR COMPANIES LISTED ON B3 THAT ADHERE TO THE CORPORATE SUSTAINABILITY INDEX (ISE)

ABSTRACT:

Companies that emphasize investments in sustainability become key players in a market focused on positive impact, corporate responsibility, and environmental practices. The main objective is to analyze how sustainability investments impact these companies' assets, with a focus on environmental practices and obligations related to environmental liabilities. The specific objectives include examining the evolution of environmental investments, investigating social initiatives, and evaluating sustainable corporate governance. The research, which adopts a qualitative and descriptive approach, was conducted based on content analysis. The results show that companies in the sector significantly contribute to the economy, with ESG practices enhancing their corporate image and attracting investors and consumers. However, some limitations were identified, such as the difficulty in evidencing environmental assets and liabilities in financial statements. It is suggested that future research focus on regulating environmental information and developing clearer financial and non-financial indicators to measure the impact of sustainability on corporate performance.

¹ Acadêmica do Bacharelado em Ciências Contábeis. E-mail: nadinetrindade1102@gmail.com – Instituição: Antonio Meneghetti Faculdade (AMF)

² Professora do Bacharelado em Ciências Contábeis. E-mail: luciana.pieniz@gmail.com – Instituição: Antonio Meneghetti Faculdade (AMF)

³ Professora do Bacharelado em Ciências Contábeis. E-mail: iasmim.i.kappke@hotmail.com – Instituição: Antonio Meneghetti Faculdade (AMF)

Keywords: NBC T 15; environmental assets; sustainability practices; environmental responsibility; corporate governance.

1 INTRODUÇÃO

A vida humana é intrinsecamente grupal. Desse modo, o mundo depende de práticas individuais e empresariais que valorizam a coletividade, de modo que a responsabilidade seja compartilhada. Portanto, a ação humana é o coração do aspecto social do *ESG* (*Environmental, Social and Governance*), onde cada decisão reflete no compromisso com a equidade, bem-estar e transformação positiva das comunidades ao nosso redor.

As práticas *ESG* são essenciais para empresas que desejam ser sustentáveis e competitivas. Elas envolvem a responsabilidade ambiental, o compromisso social com as comunidades e a governança ética. A adoção dessas práticas não só protege o meio ambiente e promove o bem-estar social, mas também fortalece a reputação da empresa, atrai investidores e assegura a viabilidade a longo prazo. O impacto das práticas *ESG* é profundo, gerando valor econômico enquanto constrói um futuro mais justo e sustentável para todos.

O termo *ESG*, em 2004, foi citado pela primeira através do relatório *Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World*, elaborado pelo Pacto Global em colaboração com instituições financeiras tanto nacionais quanto internacionais ao incluírem critérios ambientais, sociais e de governança ao analisarem as empresas em que iriam investir (ATCHABAHIAN, 2024).

Nessa perspectiva, o propósito central do *ESG* é apoiar o avanço dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2015. Esses objetivos formam a base de uma agenda global, projetada para orientar a elaboração e implementação de políticas que direcionam a humanidade rumo a um desenvolvimento sustentável até 2030.

As letras do acrônimo *ESG* representam os pilares fundamentais de sustentabilidade, sob outro viés: planeta, pessoas, propósitos e princípios. O "E" abrange práticas como o uso responsável da terra, economia circular e conservação dos recursos naturais. O "S" foca na saúde, segurança, bem-estar dos colaboradores, direitos humanos e diversidade. O "G" refere-se à governança, enfatizando a transparência, gestão de riscos e liderança ética (HARRACA, 2022).

A autora citada anteriormente também destaca que o acrônimo *ESG*, ao ser considerado isoladamente, parece não abarcar o componente econômico, no qual o mesmo é crucial para o desenvolvimento das organizações. Harraca (2022) enfatiza a importância de contemplar o termo existente com mais uma letra, o "E", ao qual significa em inglês "economics", e em português economia. Juntos, esses elementos formam uma base sólida para uma gestão empresarial responsável e sustentável, essencial para o sucesso a longo prazo.

Independentemente do setor ou do tamanho, todas as empresas têm um papel importante no *ESG*. Engajar-se em práticas ambientais, sociais e de governança revela o esforço do líder para minimizar impactos no meio ambiente, construir um mundo mais justo e garantir processos administrativos eficazes. É evidente que a saúde financeira sozinha não é suficiente para atrair investidores. Os fatores *ESG* oferecem uma janela de oportunidade para empresas que já demonstram progresso e consistência em suas iniciativas sustentáveis (SOLER, 2023).

Nesse contexto, o conceito de consumo não cíclico torna-se particularmente relevante. O consumo não cíclico refere-se a produtos e serviços que atendem às necessidades básicas e essenciais dos consumidores, independentemente das flutuações econômicas. Empresas que operam no setor de consumo não cíclico são aquelas cuja produção ou distribuição de bens e serviços está focada em itens que os consumidores precisam continuamente, os quais são caracterizados por uma demanda relativamente estável.

Portanto, a preferência por investir em empresas de consumo não cíclico geralmente decorre de sua menor sensibilidade às condições econômicas adversas. O desempenho das ações dessas empresas tende a ser menos impactado por ciclos econômicos e crises. Como resultado, o risco associado a investimentos em empresas de consumo não cíclico é relativamente baixo, o que as torna atraentes para investidores, especialmente aqueles que buscam estabilidade em seus portfólios e preferem minimizar o risco associado a investimentos em períodos de instabilidade econômica. Além disso, a natureza essencial dos produtos oferecidos por essas empresas proporciona uma camada adicional de segurança e previsibilidade para os investidores.

Desta forma, o consumo não cíclico oferece um alinhamento natural com os princípios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O ISE avalia empresas da bolsa de valores do mercado de capitais brasileiro, com base no comprometimento ambiental, social e de governança. Tal índice foi criado em 2005 pela Bolsa de Valores de São Paulo, atualmente conhecida como B3, que é o resultado da fusão entre a BM & FBovespa e a CETIP, e tem esta nomenclatura em referência às letras iniciais do Brasil, Bolsa e Balcão.

Para mais, o presente estudo justifica-se socialmente ao explorar como as empresas podem, através do consumo não cíclico, contribuir para um desenvolvimento sustentável, reduzindo a vulnerabilidade e fortalecendo sua resiliência, impactando positivamente a sociedade. No campo acadêmico, a contribuição dá-se através da correlação entre os investimentos e a sustentabilidade, de modo a ser evidenciado em empresas de consumo não cíclico, em um período de 10 anos. Ademais, do ponto de vista pessoal e profissional, como o *ESG* e o ISE podem ser fatores decisivos na tomada de decisões, possibilitando investimentos mais seguros e conscientes.

Como objetivo central, a presente pesquisa visa analisar como os investimentos em sustentabilidade se refletem nos ativos das empresas do setor de consumo não cíclico da B3 que aderiram ao ISE no período de 2013 a 2023. Por meio da verificação desta relação, pretende-se analisar a estrutura dos ativos investidos na área ambiental, bem como as possíveis obrigações advindas de passivos ambientais.

Como principais contribuições deste estudo, pretende-se : i) examinar a evolução dos investimentos em práticas ambientais nas empresas do setor de consumo não cíclico que aderiram ao ISE entre 2013 e 2023; ii) investigar o desenvolvimento de iniciativas sociais promovidas pelas empresas do setor de consumo não cíclico aderentes ao ISE ao longo do período estudado; iii) avaliar o fortalecimento das práticas de governança corporativa sustentável nas empresas do setor de consumo não cíclico que participaram do ISE no intervalo histórico citado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 *ESG (Environmental, Social and Governance)*

O ser humano é simultaneamente parte do planeta e protagonista em sua existência. O planeta, o homem e o meio ambiente possuem um papel essencial, onde esses componentes exercem uma relação de interdependência com o meio e o com o todo. Essa relação triangular estabeleceu-se desde os primórdios, mas somente com o passar do tempo que o ser humano passou a considerar sua importância dentro desse conjunto.

Contemplando os preceitos históricos e em consideração a esses componentes, cita-se como marco inicial a Conferência de Estocolmo, também conhecida por Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, que trouxe a principal relação: o ser humano e suas diferentes formas de impactar o meio ambiente.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano foram resultados significativos desse marco inicial, com o objetivo de orientar decisões importantes relacionadas ao meio ambiente. Além desses, outros

marcos notáveis que impactaram a trajetória ambiental incluem a Conferência de Viena de 1985, que resultou na convenção para a Proteção da Camada de Ozônio e o Relatório Brundtland de 1987, que estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável. Esses eventos convergem para um objetivo comum: definir um conceito universal de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável que as organizações globais buscam adotar.

Segundo Hopkins (2010, p. 42 apud WILLARD, 2014, p. 8), sustentabilidade pode ser definida como “a possibilidade de seres humanos e outras formas de vida prosperarem eternamente na Terra”. Conforme a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988, p. 46 apud BATAGLIA, p. 13, 2011), “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”.

Diante desses conceitos que envolvem as práticas humanas perante ao planeta, vê-se a conexão com as práticas *ESG*, que ajudam as organizações a adotar uma abordagem mais completa e sustentável em suas atividades e estratégias.

Em vista disso, Meneghetti (2019) aborda que as empresas que optam pelos conceitos de sustentabilidade, já estão colhendo resultados a partir da relação homem-ambiente com escopo positivo direcionado ao âmbito global. Para mais, Meneghetti (2019) aborda que o conceito de sustentabilidade amplia-se em quatro pilares: social, cultural, econômico e ambiental.

O autor mencionado acima também ressalta que a empresa possui uma maior relevância na tangenciamento entre homem, ambiente e desenvolvimento, destacando a integração entre organismo - indivíduo, empresa - e meio em que vive. Ademais, nessa relação, ambos se influenciam de maneira natural, reciprocamente, resultando em um maior desenvolvimento sustentável do próprio projeto.

Analisando a implicação atual das organizações em relação às práticas *ESG*, as quais podem se valer desde uma gestão administrativa por meio do relacionamento com os clientes, fornecedores, colaboradores, comunidades ao redor, que facilitam também o caminho para atrair investimentos e gerenciamento de riscos, bem como sendo um facilitador na redução de custos, através da inovação. Essas ações valem-se de um olhar de governança corporativa, ambiental e social, por exemplo.

Para Porter e van der Linde (1995), a inovação regulamentada de forma ambiental, pode reduzir o custo, os impactos ambientais e melhorar a performance do produto/processo relacionado. Para os autores, esse tipo de inovação pode reduzir o custo, chamado por eles de “custo de conformidade”, no qual, em alguns casos podem ser diminuídos através das compensações oriundas das inovações.

Ademais, os termos sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e *ESG* possuem uma relação complexa. Pode-se dizer que a sustentabilidade possui um objetivo mais amplo. Já o desenvolvimento sustentável, diga-se que é uma estratégia para alcançar esses objetivos oriundos da sustentabilidade. O acrônimo *ESG* remete-se à ideia de mensuração da performance de uma entidade nas questões ambientais, sociais e de governança.

Corrobora-se a estes conceitos, a concepção do *triple bottom line* (TBL), ou comumente conhecido como “tripé da sustentabilidade”, composto por pessoas, planeta e lucro. Elkington (1997 apud TOLEDO, 2023, p. 23), considera esse termo como sendo o “equilíbrio ou harmonia entre sustentabilidade econômica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental”. Essa sigla composta por três letras, assiste a parte operacional da sustentabilidade, tendo assim um tratamento isolado a cada perspectiva, bem como o supervisionamento de cada uma.

Em síntese, a intersecção entre a definição de sustentabilidade proposta por Hopkins e as práticas *ESG*, juntamente com a abordagem do *triple bottom line* de Elkington, evidencia a necessidade de uma visão holística na gestão das organizações. A busca por um equilíbrio

entre os aspectos econômico, social e ambiental não é apenas uma responsabilidade ética, mas uma estratégia essencial para garantir a prosperidade a longo prazo.

Assim, ao integrar essas perspectivas, as organizações não apenas promovem um desenvolvimento sustentável, mas também se posicionam como agentes de mudança positiva, contribuindo para um futuro mais equilibrado e próspero para todos os seres vivos na Terra. Essa abordagem não apenas atende às demandas contemporâneas por responsabilidade social e ambiental, mas também prepara o caminho para um legado duradouro de bem-estar coletivo e respeito ao nosso planeta.

Através da integração das práticas *ESG* aliada aos conceitos de sustentabilidade, *triple bottom line* e desenvolvimento sustentável, percebe-se que o ISE desempenha um papel fundamental para avaliar o comprometimento das organizações com esses princípios, especificamente sendo uma referência para mensurar e promover a adoção de práticas sustentáveis que promovam transparência e responsabilidade corporativa, alinhada aos objetivos sustentáveis almejados. A seguir, serão abordados os principais conceitos que introduzem a importância do Índice de Sustentabilidade Empresarial como ferramenta de evidênciação das ações relacionadas à responsabilidade ambiental, social e de governança.

2.1.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE

Em 2005, fomentado inicialmente pelo *International Finance Corporation* (IFC), ramificação monetária do Banco Mundial, deu-se início ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Este é considerado o quarto índice de sustentabilidade do Mundo.

Nesse sentido, Silva e De Lucena (2019) relatam que a criação do ISE, teve o propósito de analisar o desempenho sustentável das empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira, como também para ser utilizado como um instrumento de diferenciação em termos de qualidade e comprometimento com a sustentabilidade, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Outrossim, evidencia-se que o ISE é composto por ações e *units*⁴, no qual devem atender rigorosamente os critérios de inclusão e exclusão, das companhias listadas na B3.

Para mais, ressalta-se que há o Conselho Deliberativo do ISE (CISE), presidido pela B3, este por sua vez é o responsável por garantir a transparência e eficiência no processo de construção do índice, bem como a seleção das empresas. Cita-se que, este é o órgão de maior decisão do ISE.

Em um ponto de vista abrangente, apresenta-se a figura do *triple bottom line*, no qual o idealizador na década de 90, John Elkington, transcende a ideia de que não se pode somente olhar para o lucro em uma ambiente empresarial, mas sim visualizar ele a partir da relação saudável entre planeta e as pessoas, formando assim o tripé da sustentabilidade.

Figura 1 - *Triple bottom line*

⁴ *Units* são ativos que se formam a partir de mais de uma classe de valores mobiliários, como uma ação ordinária e um bônus de subscrição, negociados em conjunto.



Fonte: Elkington (1998).

Além disso, Silva e De Lucena (2019) afirmam ser o ISE considerado um *benchmark*, ou seja, marca de referência, o ISE é baseado em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. De maneira geral, tal índice cria mecanismos em prol do desenvolvimento da sociedade, a partir do estímulo da responsabilidade ética das organizações.

Dessa forma, o ISE desempenha um papel crucial na promoção de práticas sustentáveis e responsáveis entre as empresas listadas na bolsa de valores brasileira. Ao aliar eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, o ISE se estabelece como uma referência global, beneficiando não apenas as empresas e investidores, mas também a sociedade como um todo. Através da transparência e da implementação de critérios rigorosos, o índice contribui para o avanço da sustentabilidade empresarial, contribuindo para o desenvolvimento de negócios mais conscientes e comprometidos com o futuro da humanidade e do planeta.

Em suma, o ISE mede como as empresas alocam recursos em práticas sustentáveis, promovendo assim a transparência, atraindo investidores no qual fortalece a confiança no mercado. Arelado a esse índice, estão os investimentos em sustentabilidade, no qual são fundamentais para o crescimento equilibrado das empresas, unificando responsabilidade nas esferas econômicas, ambientais e sociais. A seguir, no âmbito da sustentabilidade empresarial, serão abordados os investimentos em sustentabilidade.

2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

2.2.1 Investimentos em sustentabilidade

A palavra investimento refere-se à alocação de recursos em algo, para assim obter retorno, a partir ou por um período de tempo. Investir em sustentabilidade compreende-se o uso de recursos financeiros para desenvolver projetos, práticas e outras atividades que promovam um desempenho responsável com o meio ambiente, no qual obtêm-se benefícios a partir disso.

As empresas socialmente sustentáveis, são reconhecidas dessa maneira por se valerem de investimentos para obter retornos e benefícios futuros. Conforme Assaf Neto (2021), a sigla *ESG*, identifica investimentos que promovam a sustentabilidade nas empresas. O autor ainda destaca que, as ações sustentáveis adotadas pelas empresas tornam-as conscientes perante a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento social, no qual procura-se equilibrar esses fatores com as decisões financeiras.

Para a melhor compreensão sobre o conceito de sustentabilidade, é importante compreender que ao analisar uma empresa sustentável, é essencial considerar que existem ativos que relatam o nível de sustentabilidade, mas, inevitavelmente, poderão acontecer passivos ambientais.

Para Ribeiro (2012), os ativos ambientais são compostos por todos os bens e direitos pertencentes às empresas, que possuem potencial para gerar benefícios econômicos em períodos futuros, além de serem direcionados à conservação, proteção e recuperação ambiental.

Inerente aos ativos, os passivos ambientais referem-se aos benefícios ou aos resultados que serão comprometidos devido à necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, buscando compatibilizar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, ou ainda como consequência de condutas prejudiciais relacionadas a essas questões (RIBEIRO, 2012).

Segundo Aguirre et al. (2023), as decisões de investimento e consumo consideram como as empresas lidam com a questão social, ambiental e governança. O mercado pode reagir positivamente, cada vez mais, em relação ao comportamento das empresas neste contexto. Os autores complementam que o ISE engloba as práticas *ESG*, estas usadas como mediadoras do engajamento das empresas em relação ao meio ambiente, aos seus funcionários, às comunidades e às políticas de *compliance*. Conclui-se ainda que estar em conformidade com as exigências do índice repercute positivamente na imagem das companhias e no seu futuro.

Investir em sustentabilidade oferece às empresas uma série de benefícios significativos, como a redução de custos operacionais por meio da eficiência energética e da gestão responsável de recursos. Além disso, práticas sustentáveis podem melhorar a imagem da marca, atraindo consumidores cada vez mais conscientes e preocupados com questões ambientais. Isso também pode resultar em maior lealdade do cliente e em diferenciação no mercado. Por fim, empresas que adotam políticas sustentáveis tendem a se preparar melhor para regulamentações futuras e riscos ambientais, garantindo uma operação mais resiliente e sustentável a longo prazo.

Corroborando-se a esta percepção, as considerações de Machado, Schröder e Oliveira (2023), no qual salientam que a implantação dos critérios *ESG* asseguram mais oportunidades para as entidades, tais quais cita-se: a estruturação da imagem da empresa frente a sociedade e aos consumidores, a atratividade relacionada a investimentos e financiamentos. Afirmam ainda que, as empresas não devem apenas gerar lucro, mas devem sobretudo respeitar o meio ambiente, com atitudes sustentáveis, ter *compliance* com os seus colaboradores e fornecedores, bem como tornar-se economicamente viável zelando pela sociedade como um todo.

De acordo com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (2024), em conformidade com a padronização *ESG*, as empresas que aderem às práticas aumentam a sua competitividade, seja no mercado interno ou no exterior. Para mais, destaca-se ainda que, as práticas *ESG* indicam solidez, custos mais baixos, melhora na reputação bem como a maior capacidade de resistir às incertezas e suscetibilidades.

A governança corporativa ganha destaque ao estruturar e orientar o desenvolvimento dos processos dentro das organizações. Conforme Alcântara (2023, p. 201), a mudança estrutural, estratégica e de maneira cultural dentro das organizações fez com que a governança corporativa e a sustentabilidade ganhassem espaço e reconhecimento. Justifica-se este feito, de modo que os investidores podem olhar de outra forma para as organizações, no qual reconhecem a importância da mudança de atitude, de ideias e preocupações com os impactos que as empresas geram ao meio ambiente, de modo não prejudicial ao futuro das gerações e do planeta.

2.2.2 A Governança Corporativa e o ISE

Silva (2016, p. 29) é enfático ao afirmar que “a governança corporativa é um conjunto de práticas que têm por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital”. Corrobora-se a esta concepção, a definição atualizada de Governança Corporativa, situada no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa - 6ª edição, em 2023, publicado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), como sendo:

Governança corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente (IBGC, 2023).

Estas definições, afirmam o que entende-se por governança corporativa. O IBGC transcende uma visão mais holística, no qual percebe-se a evolução da governança corporativa adaptada para a resposta de um cenário empresarial cada vez mais com exigência ética e sustentável, em coerência com as partes interessadas.

Fortalecem-se as definições abordadas acima, com os 5 princípios da governança corporativa no qual englobam as práticas do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa: Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilização e Sustentabilidade. Essas práticas são controladas e orientadas pelo IBGC, no qual a adesão dessas empresas ocorre de maneira voluntária, mas muito recomendada para as entidades que buscam elevados níveis de transparência, responsabilidade e ética.

Ademais, cita-se os níveis de governança corporativa, criado pela Bovespa, com o intuito de classificar as empresas listadas em conformidade com as práticas de governança e segmentos empresariais adotados, no qual cita-se: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. Cada um desses segmentos possui regras diferenciadas de governança corporativa. Atenta-se que, esse regramento vai além da obrigatoriedade perante a Lei 6.404/76, comumente conhecida por Lei das Sociedade por Ações (Lei das S.As.).

A governança corporativa e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) estão interligados, pois ambos visam promover a transparência, a ética e a responsabilidade nas empresas. A governança corporativa envolve estruturas e práticas que garantem que as empresas sejam geridas de forma a proteger os interesses de todos os *stakeholders*, incluindo acionistas, empregados, clientes e a sociedade.

Por outro lado, o ISE, que é um indicador da B3, avalia o desempenho das empresas em relação a critérios de sustentabilidade, como gestão ambiental, social e de governança (ESG). As empresas que adotam boas práticas de governança tendem a ter uma melhor performance no ISE, pois essas práticas contribuem para a mitigação de riscos e a criação de valor a longo prazo.

Em resumo, a governança corporativa sólida é um pré-requisito para um desempenho satisfatório em sustentabilidade, refletindo um compromisso com práticas éticas e responsáveis, que, por sua vez, são valorizadas no índice de sustentabilidade.

Para mais, verifica-se a metodologia do ISE, abordada pela BM & FBOVESPA (2015), para que uma empresa seja incluída no ISE, ela deve passar por um processo de seleção que considera diversos aspectos relacionados à sua atuação social, ambiental e de governança. Essa avaliação é realizada anualmente e as empresas são analisadas com base em questionários que abordam temas como gestão ambiental, responsabilidade social, práticas de governança e engajamento com *stakeholders*.

Sob mesma perspectiva, no mesmo relatório apresentado pela BM & FBOVESPA, os critérios utilizados para a seleção das empresas incluem a análise de indicadores quantitativos e qualitativos, onde são levados em conta fatores como a transparência nas informações, a capacidade de inovação, o compromisso com a redução de impactos ambientais e a forma como a empresa se relaciona com a sociedade. As respostas dos questionários são avaliadas por uma comissão técnica, que categoriza as empresas em diferentes grupos, considerando sua relevância e desempenho em cada um dos critérios estabelecidos.

Após a avaliação, as empresas que se destacam em sustentabilidade são selecionadas para compor o índice. O ISE é refeito anualmente, refletindo as mudanças nas práticas das empresas e no cenário de sustentabilidade global. Assim, a composição do índice é dinâmica, e as empresas que não mantêm um bom desempenho em sustentabilidade podem ser excluídas, enquanto novas empresas que demonstrem um compromisso sólido com práticas sustentáveis podem ser incluídas (BM & FBOVESPA, 2015).

Corroborando sob esta perspectiva, o estudo feito por Alcântara (2023), correlaciona o ISE e a governança corporativa. O estudo percorre sobre como as empresas que integram o ISE adotam princípios de governança corporativa como parte de sua estratégia de sustentabilidade, alinhando suas práticas de gestão com os critérios de ESG, para atrair investidores que valorizam a transparência, a responsabilidade social e a sustentabilidade a longo prazo. A pesquisa revela a importância da governança corporativa como um critério de geração de valor para os investidores e para a própria empresa, no qual destaca-se a relação entre a implementação de boas práticas de governança e a atração de investimentos sustentáveis. Ademais, o estudo feito conclui que, as empresas integrantes do ISE, ao adotar práticas de governança corporativa, não apenas otimizam suas atividades de forma sustentável, mas também fortalecem a transparência e a responsabilidade, longevidade dos investimentos, no qual configuram-se como pontos que são fundamentais para a confiança dos investidores.

Schneider et al. (2008), reforça esta relação entre ISE e governança corporativa, no qual o estudo aborda que a governança é vista de maneira essencial para alinhar as práticas empresariais, alicerçadas com responsabilidade social e ambiental, contribuindo assim para um desempenho sustentável. Sintetiza-se o estudo exposto, indicando que as práticas eficazes não apenas trazem a sustentabilidade empresarial, mas colocam em evidência a confiança dos investidores e demais partes interessadas no que tange o compromisso da empresa com atitudes sustentáveis e responsáveis.

Sintetiza-se a seguir, a partir de um infográfico, as principais contribuições apresentadas sobre a evolução dos conhecimentos e marcos significativos que moldam os investimentos em sustentabilidade nas empresas do setor de consumo não cíclico da B3 participantes do ISE. Cada colaboração, é destacada de maneira cronológica, no qual permite-se obter uma visualização clara de como os temas abordados foram construídos e aperfeiçoados ao longo dos anos, na perspectiva de cada autor.

Figura 2 - Evolução do pensamento sobre sustentabilidade



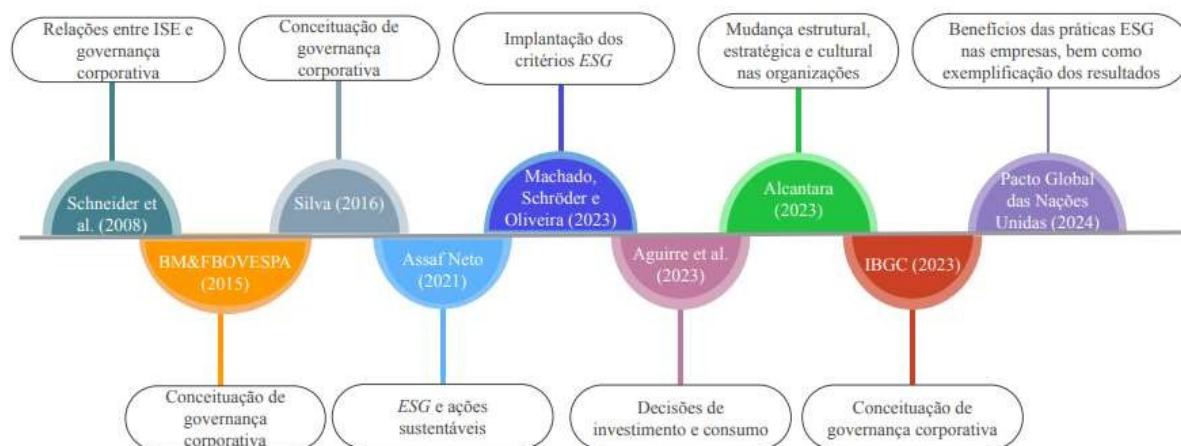
Fonte: elaborada pela autora (2024).

Na Figura 2, destaca-se inicialmente em ordem cronológica as citações autorais que serviram de contribuições para apontar várias conceituações e colaborações acerca dos temas abordados. A figura está estruturada com o nome do autor e logo abaixo, o título do material ao qual a contribuição foi coletada.

Nota-se que, no lado esquerdo da referida figura, as contribuições estão estruturadas conforme a ordem cronológica autorial, bem como o principal tema coletado servindo de contribuição para o presente estudo. Salienta-se que a figura serve como guia de referências importantes nos campos conceituais do título do presente artigo, bem como pode-se visualizar a interdisciplinaridade da evolução conceitual, desde as bases teóricas até as aplicações práticas dos negócios.

Para mais, a Figura 3 possui o mesmo intuito, transcrever de uma maneira clara as contribuições em relação aos conceitos, com os seus autores, em ordem cronológica.

Figura 3 - Evolução do pensamento sobre contabilidade e sustentabilidade



Fonte: elaborada pela autora (2024).

Salienta-se que conforme ilustração dessas duas figuras, pode-se observar que o período das autorias coletadas varia acerca das conceituações apresentadas. A contemporaneidade dos conceitos abordados traz consigo outros aspectos, a importância das práticas *ESG* implementadas, a necessidade estrutural, estratégica e cultural das organizações, bem como as decisões de investimentos e a exemplificação dos resultados obtidos a partir das práticas sob o conjunto interligado de práticas que visam positivamente o meio ambiente, sociedade e governança corporativa.

3 MÉTODO

No intuito de obter respostas diante ao problema pesquisado, este estudo é caracterizado como descritivo. Gil (2019, p. 41) é enfático ao afirmar que a pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. O autor ainda ressalta que tais pesquisas podem possuir a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. Segundo Lozada e Nunes (2019), a pesquisa descritiva pode ser entendida como a retratação das particularidades acerca do assunto estudado.

Em relação ao método de abordagem, optou-se pela qualitativa. Para Lenhart e Tagliapietra (2023), a abordagem qualitativa compreende a utilização de dados qualitativos com o intuito de assistir a prática vivida das pessoas bem como meios sociais substanciais analisados.

Pesquisa qualitativa, de rigor, refere-se a “qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação” (Strauss; Corbin, 2008, p. 23 apud Gil, 2008, p. 15).

Como forma de delineamento utilizado na pesquisa foi de maneira aplicada à resolução do problema exposto. A pesquisa aplicada, na visão de Gil (2019), ressalta a significância da pesquisa pura. O autor ainda afirma que, a pesquisa pura possui como objetivo principal aumentar o conhecimento científico, no qual ressoa o avanço da ciência.

Por outro lado, a pesquisa aplicada usufrui das descobertas da pesquisa pura para resolver problemas práticos e exclusivos. Gil (2019) é enfático ao afirmar que o interesse da pesquisa aplicada está em como esses conhecimentos podem ser usados na resolução de situações específicas, gerando benefícios ou soluções práticas.

Visto que a instrumentalização utilizada transcorre acerca de dados secundários, no qual alinhou-se a coleta de dados intencional. A pesquisa em fontes secundárias refere-se àqueles dados que já receberam algum tipo de tratamento. Conforme Gil (2002), trata-se de documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios empresariais, tabelas estatísticas, relatórios de sustentabilidade e outros demonstrativos administrativos e contábeis.

A coleta intencional de dados refere-se ao processo planejado e sistemático de reunir informações específicas com o objetivo de atender a necessidades ou responder a perguntas concretas. Como característica, essa coleta de dados pré define o que será coletado. Para mais, o banco de dados utilizado foi da plataforma B3, em seu próprio site, no qual foram coletados balanços patrimoniais, notas explicativas e relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na B3, do setor de consumo não cíclico de 2013 a 2023, aderentes ao ISE.

Utilizou-se a análise de conteúdo, que conforme Gil (2002), desenvolve-se em três fases, a primeira é a pré análise, onde se procede a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e a preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. Já a terceira etapa é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados. A referida técnica se aplicou à análise detalhada dos investimentos em sustentabilidade e como isso reflete nos ativos investidos na área ambiental, bem como as possíveis obrigações advindas de passivos ambientais.

Para atender os objetivos específicos do presente estudo, elaborou-se um quadro de categorias de análise que estrutura e organiza as dimensões investigadas. Este por sua vez, serve como ferramenta metodológica, no qual direciona a coleta, a análise e a interpretação dos dados, alinhando-se às práticas ambientais, sociais e de governança corporativa das empresas testadas, conforme descritos a seguir.

Figura 4 - Classificação das dimensões de análise

Objetivos Específicos	Categoria de Análise	Indicadores	Fonte de Dados
Examinar a evolução dos investimentos em práticas ambientais	Práticas ambientais	Investimentos em projetos ambientais, redução de emissões, gestão de resíduos	Balanço Patrimonial, Notas Explicativas e Relatório de Sustentabilidade
Investigar o desenvolvimento de iniciativas sociais promocionais pelas empresas	Iniciativas Sociais	Programas de inclusão social, capacitação, ações para comunidades	Relatório de Sustentabilidade e Notas Explicativas
Avaliar o fortalecimento das práticas de governança corporativa sustentável	Governança Corporativa Sustentável	Transparência, composição do conselho, políticas de compliance	Relatórios de Governança e Relatórios de Sustentabilidade

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Ademais, as categorias foram definidas com base na esfera *ESG*, no qual contempla indicadores relevantes para cada dimensão. Acerca da fonte de dados, buscou-se compreender as demonstrações contábeis que abarcasse as informações necessárias sobre esta pesquisa.

Conforme Ribeiro (2012), os ativos ambientais devem ter identificação, divulgação e controle destacados nos grupos do Ativo. Nas demonstrações contábeis, sua apresentação deve ser informada de maneira sintetizada, em notas explicativas. A autora ainda destaca que, no caso dos passivos ambientais, estes devem ser informados em subgrupo específicos das exigibilidades. Ademais, sua composição e seus respectivos valores deverão ser descritos em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Corroborar-se a esta percepção a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica número 15 (NBC T 15), aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.003/2004. A NBC T 15, dispõe sobre informações de natureza social e ambiental, mesmo não possuindo uma obrigatoriedade legal e começando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2006, a norma define procedimentos a serem seguidos pelas entidades com o intuito de apresentar as informações de caráter social e ambiental como adendo às projeções fiscais já estabelecidas pelo artigo 176 da Lei 6.404/76.

A NBC T 15, em sua íntegra institui, na parte de interação com o meio ambiente, as informações relativas a serem evidenciadas pela empresa, tais quais pode-se citar: investimentos e gastos nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, investimentos com outros projetos ambientais, quantidade de processos ambientais de natureza administrativa ou até mesmo judicial contra a empresa, valor das multas ambientais com caráter administrativo e/ou judicial, passivos e contingências ambientais e entre outros.

Estas informações com cunho social e ambiental servem como adendo às demonstrações contábeis já estabelecidas, proporcionando assim uma complementação das informações aos usuários interessados e à sociedade como um todo.

A aplicação dessa norma contribui para a transparência e a tomada de decisões informadas por parte de investidores, reguladores e outros stakeholders, promovendo uma abordagem mais responsável e sustentável nas práticas contábeis. Dessa forma, a NBC T 15 ajuda a integrar a sustentabilidade ao contexto financeiro, evidenciando a relevância das questões ambientais na avaliação da saúde financeira e dos riscos de longo prazo das organizações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 EMPRESAS LISTADAS

Ao analisar os dados disponíveis na plataforma da B3 das empresas relacionadas pelo ISE, observa-se que, do período entre 2013 a 2023, foram consideradas noventa e quatro entidades e classificadas em doze setores. Constatou-se a classificação de nove empresas no setor de consumo não cíclico, fragmentadas em seis subsetores e em sete segmentos distintos, o qual pode-se observar na Figura 5.

Figura 5 - Classificação das empresas do setor de Consumo não Cíclico

Empresas	Setor	Subsetor	Segmento
Ambev S.A.	Consumo não cíclico	Bebidas	Cervejas e refrigerantes
BRF S.A.	Consumo não cíclico	Alimentos Processados	Carnes diversos
Cia Brasileira de Distribuição	Consumo não cíclico	Comércio e Distribuição	Alimentos
M.Dias Branco S.A. Ind. Com. de Alimentos	Consumo não cíclico	Alimentos	Alimentos diversos
Marfrig Global Foods S.A.	Consumo não cíclico	Alimentos Processados	Alimentos diversos
Minerva S.A.	Consumo não cíclico	Alimentos	Carnes e derivados
Natura Cosméticos S.A.	Consumo não cíclico	Produtos de uso pessoal e de limpeza	Produtos de uso pessoal
Sendas Distribuidora S.A.	Consumo não cíclico	Comércio e Distribuição	Alimentos
SLC Agrícola S.A.	Consumo não cíclico	Agropecuária	Agricultura

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Observa-se, portanto, que ao longo dos dez anos abrangidos neste estudo, houve variação anual das empresas em relação ao ISE. Destaca-se que a empresa Sendas Distribuidora passou a compor a carteira em 01/03/2021 pela cisão parcial da Cia. Brasileira de Distribuição (GPA).

A empresa Natura &Co Holding S.A. anunciou a aquisição da empresa Avon no mês de maio do ano de 2019. Mas, somente a partir do mês de janeiro do ano de 2020 houve a obtenção, resultando no quarto maior grupo do mundo dedicado ao segmento da beleza de forma exclusiva. Ademais, a Natura &Co Holding S.A. é um grupo formado por quatro empresas: Avon, Natura Cosméticos, *The Body Shop* e *Aesop*, no qual participou da amostra inicial do presente estudo. Em virtude de ser uma Holding no qual está atrelada à controlar as suas subsidiárias, optou-se por utilizar somente a empresa Natura Cosméticos na amostragem final.

Importante lembrar que a decisão de uma empresa de integrar ou não o Relatório de Sustentabilidade do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) pode ser influenciada por vários fatores que podem variar ao longo do tempo. Segundo Lameira *et al* (2013), alguns dos principais motivos incluem:

a. Desempenho em Indicadores ESG

O ISE avalia o desempenho das empresas com base em critérios ambientais, sociais e de governança (ESG). Se a empresa não atingir os critérios exigidos ou não alcançar um bom desempenho nesses indicadores, ela pode optar por não integrar o relatório naquele ano.

b. Mudanças na Estratégia Corporativa

A empresa pode revisar sua estratégia e reorientar seu foco para outras áreas, o que pode levar a uma diminuição do investimento em práticas de sustentabilidade. Em anos em que a sustentabilidade não seja uma prioridade estratégica, a empresa pode optar por não participar do ISE.

c. Mudança na Gestão ou Governança

Alterações na liderança ou na governança corporativa podem levar a uma mudança de postura em relação à sustentabilidade. Se uma nova gestão não considerar a participação no ISE como uma prioridade ou se estiver em processo de reestruturação, a empresa pode decidir ficar de fora por um período.

d. Necessidade de Adequação a Novos Padrões

O ISE pode estabelecer novos critérios ou exigências ao longo do tempo. Caso a empresa não consiga se adequar a esses novos padrões ou precise de tempo para implementar mudanças em seus processos, pode optar por não participar do índice naquele ano.

e. Desafios na Implementação de Iniciativas de Sustentabilidade

Em alguns casos, a empresa pode estar em fase de implementação de novos projetos de sustentabilidade ou mudanças estruturais em suas operações, o que pode impedir uma avaliação positiva no índice. Nesse caso, ela pode decidir aguardar um ano mais favorável para ser avaliada.

Esses são alguns dos principais motivos que podem levar uma empresa a decidir integrar ou não o Relatório de Sustentabilidade do ISE em determinados anos. A participação no índice envolve uma avaliação cuidadosa do desempenho e das prioridades da empresa, além de considerações sobre a situação interna e externa que podem mudar ao longo do tempo.

Além das entidades considerarem os critérios para integrar o Relatório de Sustentabilidade compreendidas no ISE, é imprescindível observar a relação entre os ativos e passivos ambientais. Sabe-se que, as ações ambientais abrangem iniciativas que acrescentam valor sustentável, estes voltados para a redução de impactos ambientais. Em contrapartida, os passivos ambientais retratam as obrigações exigíveis e riscos associados a danos ambientais, bem como os custos de implementação de práticas *ESG*. Atenta-se, portanto, que estes elementos são cruciais para entender a conexão entre iniciativas sustentáveis da empresa e sua representação contábil.

Diante deste cenário, compreende-se uma análise detalhada nas empresas resultantes da amostragem final, no qual será possível verificar as estratégias adotadas para atender os requisitos do ISE, bem como o gerenciamento entre os ativos e passivos ambientais buscando sempre promover uma ação empresarial sustentável.

Atenta-se, portanto, para o apêndice A, Listagem das empresas em ordem cronológica conforme categorias de análise, no qual apresenta as informações encontradas nas empresas a partir da análise das demonstrações que serviram de base para o gerenciamento das investigações.

De acordo com a figura estruturada no apêndice A, a mesma está em ordem cronológica abrangendo as categorias de análise estruturadas por cada companhia. Para mais, deve-se atentar às legendas, exibidas logo abaixo da figura. A seguir, apresenta-se a listagem das empresas classificadas no setor de consumo não cíclico aderentes ao ISE entre os anos de 2013 a 2023.

4.1.1 Ambev S.A.

Disposta alfabeticamente, compreende-se por primeiro a empresa Ambev S.A, em que a inclusão no ISE aconteceu no ano de 2023. A respeito dos investimentos na área ambiental, a mesma não cita em seu relatório de sustentabilidade o aporte realizado, muito menos no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, portanto não foram considerados valores investidos nessa área.

Sabe-se que a companhia possui o programa 100+ Labs, que é uma inovação em sustentabilidade, no qual investe em soluções para desafios ambientais e sociais, como mudanças climáticas, agricultura sustentável, gestão de água e economia circular. Desde 2018, impactou mais de 100 *startups* com treinamentos e parcerias, totalizando mais de R\$ 15

milhões em investimentos. Em 2023, a empresa contou com parceiros como PepsiCo, Unilever e Pacto Global da ONU.

A empresa reduziu o consumo de água para 2,37 litros por litro de bebida produzida, uma economia de 7,4% em relação a 2022. Essa conquista reflete o compromisso com a gestão eficiente dos recursos hídricos, alinhados às metas ambientais de mitigação de impactos. Além disso, a operação no Brasil utiliza 100% de energia renovável, promovendo uma cadeia produtiva mais sustentável e redução de emissões de carbono. Ressalta-se também o plantio de mais de dois milhões de árvores nativas por meio do programa Bacias e Florestas.

Ainda em 2023, a Ambev converteu três projetos-pilotos de agricultura regenerativa e sustentável, abrangendo 10 mil hectares na Argentina e no Uruguai. Essa abordagem busca restaurar o equilíbrio do ecossistema, melhorar a saúde do solo e aumentar a produtividade. A meta é garantir que 100% dos agricultores parceiros estejam treinados, conectados e financeiramente capacitados até 2025.

Apresentou resultados sólidos em economia circular, utilizando 75,2% de alumínio reciclado, 43,6% de vidro e 40,3% de PET em suas embalagens. Essas iniciativas refletem o compromisso com a redução de resíduos e o uso eficiente de materiais. A empresa promove a inclusão produtiva e o impacto social positivo por meio da capacitação de fornecedores, treinamentos para descarbonização e otimização da cadeia produtiva. Em 2023, ampliou o acesso à saúde para seus colaboradores, com mais de 9 mil atendimentos realizados por telemedicina na plataforma Conecta FAHZ, garantindo suporte gratuito e acessível.

Desde 2022, os membros da Diretoria possuem metas relacionadas a *ESG*, integrando sustentabilidade à estratégia de negócios e influenciando diretamente a remuneração dos executivos. A Ambev foi eleita a empresa com a melhor percepção *ESG* do Brasil em levantamento da *Insight Comunicação* em parceria com a FGV. Investiu R\$ 45 milhões em 2023 na promoção do consumo responsável, utilizando tecnologia e ciência para conscientizar consumidores por meio da Plataforma de Moderação.

Sobre a governança corporativa da Ambev, pode-se dizer que sua estrutura inclui o Conselho de Administração, comitês especializados (como o de Sustentabilidade e o de Auditoria) e a Diretoria Executiva, no qual conduzem o supervisionamento e execução das estratégias da companhia.

Sobre o passivo ambiental, em 2023, não houve pagamento de multas significativas relacionadas a casos de não conformidade com leis e regulamentos, conforme evidenciado no relatório de sustentabilidade.

4.1.2 BRF S.A.

Na sequência, demonstra-se a empresa BRF S.A., que no ano de 2013, a BRF investiu R\$ 212 milhões em ações ambientais, com foco na prevenção, gestão de resíduos, tratamento e mitigação, e investimentos em florestas. Em termos de iniciativas sociais, a empresa aplicou R\$ 1,408 milhões, beneficiando mais de 44 mil pessoas em 40 municípios brasileiros com o Programa Voluntários BRF. A BRF também obteve um retorno significativo de R\$ 8,1 milhões para cada R\$ 1 milhão investido em projetos sustentáveis. No campo dos passivos ambientais, a empresa pagou R\$ 278.508,38 mil em indenização por um rompimento de lagoa de contenção em Santa Catarina e firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) após ser acusada de comprar bovinos provenientes de áreas embargadas pelo IBAMA.

Em governança corporativa, a BRF destacou que sua estrutura é composta por assembleia geral de acionistas, conselho de administração e conselho fiscal, além de um sistema robusto de auditoria e comissão. A empresa adota práticas de governança transparente, incluindo a manutenção de ações ordinárias e direitos igualitários para os acionistas, além de um mecanismo de arbitragem para resolver conflitos de interesse.

Em 2014, os ativos ambientais ultrapassaram R\$ 209,7 milhões, e a empresa investiu R\$ 1,745 milhões em iniciativas sociais, que beneficiaram mais de 88 mil pessoas por meio de programas como a Comunidade Ativa e Voluntários BRF. A BRF também registrou uma redução de 4,2% no consumo de água por tonelada produzida. Quanto aos passivos ambientais, a BRF pagou R\$ 2.966.396,14 em multas significativas relacionadas a eventos ambientais e recebeu 11 avaliações não monetárias. Em governança corporativa, as remunerações dos diretores da BRF foram parcialmente baseadas em resultados relacionados à sustentabilidade, reforçando o compromisso da empresa com práticas sustentáveis.

No ano de 2015, a BRF destinou mais de R\$ 324 milhões em ações ambientais, com ênfase em projetos de sustentabilidade e redução de impactos ambientais. A empresa emitiu 500 milhões de euros em títulos verdes para financiar projetos sustentáveis. Em iniciativas sociais, o Instituto BRF expandiu suas ações voluntárias no Nepal, Argentina e Cingapura.

As demandas judiciais e administrativas são consideradas significativas quando os valores envolvidos são maiores que R\$ 250 mil ou quando a matéria pode expor a imagem da BRF e/ou criar precedentes relevantes. Em passivos ambientais, a empresa pagou R\$ 3,5 milhões em multas graves e causou multas não monetárias também. Da mesma maneira que em 2014, a governança corporativa deu-se através de práticas de remuneração variável vinculada à sustentabilidade dos executivos.

Ainda em 2015, através do Programa Portas Abertas, que viabiliza a visita de familiares, escolas, universidades e outras organizações sociais às unidades produtivas da BRF, no qual atingiu em 2015 o montante de 768 pessoas em 48 visitas.

Em 2016, os ativos ambientais somaram mais de R\$ 325 milhões, com ações de gestão de água e controle de emissões de gases de efeito estufa. A empresa registrou 38% de recirculação de água. Em passivos ambientais, a BRF pagou R\$ 5 milhões em multas sérias e importantes problemas relacionados à poluição hídrica. Em governança corporativa, a BRF manteve sua estrutura de comitês de auditoria e de sustentabilidade, com transferências variáveis de executivos atreladas a metas ambientais. Sobre as iniciativas sociais, o Instituto BRF e a BRF contaram com mais de 6,6 mil voluntários atuantes nas ações de voluntariado.

No ano de 2017, a BRF investiu R\$ 388,3 milhões em ações ambientais e implementou metas de sustentabilidade para toda a liderança executiva, incluindo a área ambiental. Ressalta-se que a recirculação de água foi de 31,15%.

As demandas ambientais são consideradas significativas quando os valores envolvidos são maiores do que R\$ 150 mil. Em passivos ambientais, a empresa pagou R\$ 1.188.391,93 em multas significativas e teve 11 análise pendentes relacionadas ao não cumprimento de normas ambientais. A governança corporativa da BRF continua a vincular os investidores dos executivos ao atingimento de metas de sustentabilidade, integrando critérios de qualidade, meio ambiente e aspectos trabalhistas no desempenho de seus líderes.

No ano de 2018, a empresa não permaneceu no ISE, motivo este dado em virtude de que a empresa foi removida do índice devido aos desafios enfrentados nos últimos anos, como problemas de governança, sustentabilidade e transparência, além dos desdobramentos das operações Carne Fraca e Trapaça. Essas questões prejudicaram a percepção do mercado quanto às práticas da empresa, conforme exposto no relatório de sustentabilidade.

Para mais, sabe-se que na explicação acima dos períodos das empresas que compuseram o ISE conforme plataforma B3, a empresa BRF não aparece no ano de 2019. Mas em seu relatório de sustentabilidade, a empresa menciona que voltou a compor o ISE neste mesmo ano. Há a possibilidade de ter acontecido a adesão à composição da carteira do ISE após o levantamento do site da B3, no qual optou-se por considerá-la neste ano de 2019.

Em 2019, a empresa destinou R\$ 108,6 milhões em investimentos ambientais e pagou R\$ 571.451,29 em multas significativas. A empresa obteve 24 avaliações não financeiras

relacionadas a não conformidades legais e ambientais. Houve também a implementação de um sistema *online* de gestão de requisitos legais de saúde, segurança e meio ambiente. Em governança corporativa, a BRF revisou suas remunerações vinculadas à sustentabilidade, com metas *ESG* incorporadas à avaliação de desempenho de seus diretores.

Em 2020, a BRF investiu R\$ 188,1 milhões em iniciativas para a redução de impactos ambientais. A empresa pagou multas de R\$ 1.144.921,38 devido à não conformidade com leis ambientais e impacto em 15 avaliações não monetárias. A governança corporativa continua a integrar metas sustentáveis nas remunerações executivas, promovendo o alinhamento entre os interesses da empresa e as questões ambientais e sociais. Em iniciativas sociais, o relatório de sustentabilidade aborda que só no ano de 2020, a companhia doou o valor de R\$ 50 milhões para auxílio às comunidades e pesquisas no combate a Covid-19.

Já para o ano de 2021, os investimentos ambientais totalizaram R\$ 134,6 milhões, com foco em eficiência energética, energias renováveis e redução de emissões de gases de efeito estufa. A BRF obteve a certificação *Zero Waste* em suas unidades na Turquia e foi reconhecida por suas iniciativas em sustentabilidade. Em passivos ambientais, a empresa pagou R\$ 1.630.983,52 em multas ambientais, com 11 avaliações monetárias. A governança corporativa da BRF manteve seus salários vinculados à sustentabilidade, com indicadores relacionados à sustentabilidade ambiental e redução de impactos ambientais, conforme disposto nos anos anteriores. A respeito das práticas sociais, a empresa registrou em seu relatório de sustentabilidade a realização de mais de 346 ações sociais.

Em 2022, a BRF registrou o montante de mais de R\$ 234,5 milhões em investimentos ambientais e, não foram divulgados valores de passivos ambientais no ano. A governança corporativa continua com pagamentos vinculados ao desempenho sustentável e com metas ambientais determinantes para a alta gestão. Acerca das práticas sociais da BRF, o valor total investido foi de R\$ 15,8 milhões, direcionados ao Instituto BRF para gestão de projetos e ações sociais nas comunidades em que a companhia possui operação.

Já em 2023, os investimentos ambientais chegaram a R\$ 277 milhões. A empresa sofreu duas autuações ambientais relacionadas a não conformidades com águas e efluentes, originadas em 2022, em Lucas do Rio Verde/MT e Paranaguá/PR, sendo solucionadas prontamente. Em termos de governança corporativa, os executivos continuam vinculados ao desempenho em sustentabilidade ambiental e conformidade regulatória. Acerca do passivo ambiental, em seu relatório de sustentabilidade, não houveram valores repassados para a adequação a conformidade ambiental. Sobre as ações sociais no ano de 2023, por meio do Programa Voluntários BRF, a companhia realizou mais de 500 ações sociais em 46 municípios.

4.1.3 Cia Brasileira de Distribuição

A terceira empresa, em ordem alfabética, é a Cia Brasileira de Distribuição, que aderiu à carteira do ISE pela primeira vez em 2021, permanecendo até 2023.

Ressalta-se que o GPA (Grupo Pão de Açúcar) é o nome comercial da Companhia Brasileira de Distribuição. A sigla GPA é amplamente utilizada como marca corporativa, enquanto o nome Companhia Brasileira de Distribuição é uma denominação oficial registrada e usada para fins legais e corporativos, como em documentos regulatórios e na bolsa de valores.

Entre as iniciativas voluntárias de 2021 destacam-se: Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, Iniciativa para *Compliance* e Sustentabilidade (ICS) e o Movimento Mulher 360. O Instituto GPA tem sido fundamental para definir, operacionalizar e monitorar os investimentos sociais da empresa, beneficiando diretamente mais de 3,5 milhões de pessoas e estabelecendo parcerias com 962 organizações sociais.

A governança corporativa é liderada por um Conselho de Administração composto por nove membros, sendo três independentes. Em termos de gestão ambiental, as lojas do grupo produziram cerca de 27,5 mil toneladas de resíduos, com 2,5 mil toneladas destinadas à compostagem.

Em 2022, conforme relatório de sustentabilidade, a entidade realizou a doação e arrecadação de mais 4 mil toneladas de alimentos de primeira necessidade, por meio de diferentes campanhas, além de outros investimentos em projetos sociais, que totalizaram 10 iniciativas. Acrescenta-se que 31% das embalagens de marcas próprias estão classificadas como 100% recicláveis. O valor total investido pela companhia em treinamentos foi de R\$ 7.268.050,00 milhões em 2022.

Ressalta-se que a parte da governança corporativa foi reforçada, consolidando o *ESG* como um dos pilares estratégicos.

Em 2023, os investimentos foram de R\$ 4 milhões distribuídos entre projetos relacionados aos temas Alimentação, Trabalho e Engajamento Social, pelo Instituto GPA. Neste mesmo ano, o valor investido em treinamentos pela companhia foi de R\$ 6.241.597,00, valor este reduzido em comparação ao ano anterior. Na parte de governança, houve simplificação da estrutura de capital, sucedeu o reforço da transparência e adaptação a novos padrões regulatórios.

4.1.4 M.Dias Branco S.A. Ind. Com. de Alimentos

A M. Dias Branco compõe a carteira do ISE desde 2021 até 2023. Em 2021, a empresa lançou um novo posicionamento e identidade organizacional com as palavras “Sonhar, realizar, crescer”.

Ressalta-se que no ano de 2021, a governança corporativa da M. Dias Branco era composta por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, e por três comitês de avaliação: Comitê de *ESG*, de Gente e Gestão e de Auditoria. A Diretoria Estatutária é eleita pelo Conselho para um mandato de três anos, com a Secretaria de Governança garantindo a estrutura e processos.

Em termos de investimentos, a empresa contava com ações de voluntariado e projetos sociais em 57,14% das unidades em 2021. Além disso, a companhia doou 4.309 toneladas de alimentos, beneficiando pessoas em todo o Brasil, com foco especial em atender as famílias mais vulneráveis devido à pandemia.

A empresa investiu R\$ 12,1 milhões em gestão ambiental em 2021. No entanto, foram registradas seis não conformidades com leis e regulamentações ambientais, incluindo multas por corte de florestas e disposições específicas de resíduos. Ao todo, foram pagos R\$ 47.761,89 em multas ambientais, nas quais pode-se chamar de externalidades.

Em 2022, a empresa registrou seis casos confirmados de não conformidade com leis e exigências ambientais, relacionados à apresentação de relatórios ambientais fora do prazo e falta de informações claras. As autuações foram definidas como infrações formais e níveis com avaliações não monetárias aplicadas. Além disso, houve ausência de documentação para o transporte de itens comuns pelo Ministério da Agricultura e apresentação de parâmetros fora do padrão.

Já para os investimentos sociais, em todo o Brasil, a companhia mantém uma rede de cerca de 100 instituições que são apoiadas de diversas formas. Disposto no relatório de sustentabilidade da companhia em 2022, a governança apresentava três instâncias para aprovação e execução das metas vinculadas aos temas de sustentabilidade: Comitê Executivo de Sustentabilidade, Comitê de *ESG* e o Conselho de Administração.

Na parte de práticas ambientais, cita-se que a companhia adotou em seu procedimento de gestão ambiental a premissa de que a implantação de alternativas de reuso nas unidades deve ser incentivada, sendo precedidas de avaliação do potencial, levando em consideração a

qualidade da água disponível para captação, o efluente gerado e as aplicações pretendidas, deixando mais clara sua estratégia no avanço do reuso.

Em 2023, a empresa obteve um marco na jornada da descarbonização: o lançamento do programa Descarbonize, nas quais todas as principais ações estão previstas no plano de transição da Companhia.

Neste mesmo ano, no relatório de sustentabilidade, a companhia relata que não houve casos de não conformidade com os limites de qualidade de descarte de água. As demais não conformidades não foram exibidas no relatório de sustentabilidade.

Em 2023, foram doadas 3.363 toneladas de alimentos para 120 instituições de forma regular e direta. Com o apoio dos bancos de alimentos, a empresa atingiu mais de 5.400 instituições indiretamente, impactando uma maior quantidade de pessoas de todas as faixas etárias em situação de extrema vulnerabilidade social.

4.1.5 Marfrig Global Foods S.A.

Em 2021, a empresa lançou o Programa Marfrig Verde+, com a meta de erradicar o desmatamento na Amazônia até 2025 e no Cerrado até 2030. A Marfrig também foi pioneira em estabelecer metas científicas para a redução de gases de efeito estufa (GEE), e investiu R\$ 30 milhões em gestão sustentável. Embora não tenha considerado multas ambientais no relatório de 2021, a empresa adotou aspectos *ESG* na autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, e os salários variáveis dos administradores passaram a incluir critérios de sustentabilidade.

Para a parte social, em seu relatório de sustentabilidade, menciona que no Brasil possui um programa de Formação de Profissionais Operacionais, voltado a capacitá-los para desenvolvimento de outras habilidades na área industrial, preparando-os para funções como refilador, desossador, faqueiro e magarefe.

Em 2022, a Marfrig manteve seu compromisso com a sustentabilidade, com investimentos de R\$ 20 milhões na criação de Biomas e R\$ 46 milhões na modernização das Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs), no qual totalizaram o valor de R\$ 66 milhões em ativo ambiental. A empresa também compensou 100% das emissões de energia no Brasil e no Chile, e 25% das unidades no Brasil adotaram práticas de aproveitamento de água.

As principais instâncias de Governança Corporativa são o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária. Para apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas funções, a companhia conta com quatro comitês, voltados a contribuir para a tomada de decisões dos conselheiros.

Na parte social, a Marfrig aborda em seu relatório de sustentabilidade que multiplicaram por sete a carga horária de treinamento oferecida aos colaboradores na América do Sul, saindo de 111 mil horas em 2021, para quase 864 mil horas em 2022.

Em 2023, a companhia passou a utilizar 100% de energia renovável nas operações da América do Sul. Investiu R\$ 78 milhões em melhorias na gestão de água e efluentes, reduzindo o consumo de água em 798 milhões de litros e aumentando a eficiência hídrica em 10,8%. Também implementou práticas de fertirrigação, gerando 9.236 toneladas a menos de resíduos não perigosos. Em *compliance*, a empresa ampliou seus treinamentos e políticas internas.

No quesito de responsabilidade social, a Marfrig demonstra que envolveu mais de 160 produtores de bezerros, por meio do Programa Bezerro Sustentável. Mantendo a mesma estrutura corporativa do ano anterior, a companhia destaca sua atuação por meio do Comitê de Sustentabilidade, que desempenha um papel ativo no suporte ao Conselho de Administração.

4.1.6 Minerva S.A.

A empresa Minerva integrou a carteira do ISE dos anos de 2021 a 2023. Em 2021, no relatório de sustentabilidade, a empresa divulgou que as emissões líquidas de gases do efeito estufa chegaram a zero, por meio da compra de certificados de energia renovável. Possuindo 6 unidades industriais, no Brasil, o volume chegou a 4,8% de redução no consumo absoluto de energia e 7,4% de redução do consumo absoluto de água.

Ressalta-se que 100% das operações avaliam impactos ambientais e promovem monitoramento contínuo, além de manter programas de desenvolvimento local baseados em necessidades das comunidades, incluindo nove unidades no Brasil, quatro unidades na Argentina, duas na Colômbia, quatro no Paraguai e três no Uruguai.

Neste mesmo ano, a Minerva Foods criou a subsidiária *MyCarbon*, focada na atividade de comercialização de créditos de carbono e produtos e serviços ligados à transição para uma economia de baixo carbono. Além disso, apoia os agricultores, em parceria com o Programa Renove, na busca das melhores práticas agrícolas, contribuindo para o uso eficiente dos recursos naturais e produção de baixo carbono.

A criação da empresa *MyCarbon* possui um valor total investido de R\$ 13 milhões. A empresa também dá suporte aos fazendeiros quanto às melhores práticas de agricultura sustentável, contribuindo para a proteção dos recursos naturais do planeta. Já neste ano, a *MyCarbon* fechou seu primeiro contrato para a redução certificada de emissões de gases do efeito estufa. Ainda em 2021, a Minerva Foods criou o Conselho Consultivo de Sustentabilidade e Inovação, organismo colegiado de assessoramento, não estatutário, que dá suporte à diretoria da Minerva Foods.

Conforme relatório de sustentabilidade, todas as unidades contam com avaliações de impactos socioambientais, comitês e processos de consulta à comunidade, conselhos de trabalho e comissões e mecanismos para queixas e reclamações.

Em 2022, em seu relatório de sustentabilidade, a Minerva apresenta que é possível produzir carne e seus subprodutos de maneira sustentável e rentável, reduzindo impactos ambientais por meio de investimentos e assistência técnica aos produtores rurais e do compartilhamento de tecnologias e conhecimento científico.

Ao longo do ano, foram realizados diversos projetos de melhoria da ecoeficiência nas operações em todas as localidades. Manutenção e modernização de equipamentos, instalação de novos sistemas de tratamento de água e efluentes e automatização de processos, estiveram entre os investimentos realizados em 2022, que totalizaram o montante de R\$ 130 milhões no Brasil, no qual configura-se ativo ambiental.

No ano de 2022, a empresa relata que na parte de responsabilidade social, por meio do Projeto Educar, mais de 11 mil kits foram entregues para os colaboradores e comunidade nos países da América do Sul onde a Minerva atua.

Ressalta-se ainda que, as decisões organizacionais têm como instância máxima de governança o Conselho de Administração, complementadas pelos Comitês de Avaliação, pelo Conselho Fiscal e pelas Diretorias-Executivas.

Em 2023, a Minerva investiu mais de US\$ 1,6 milhão no Brasil e ultrapassou US\$ 3,9 milhões nas unidades Latam para projetos de melhoria de ecoeficiência em 2023. A Minerva Latam são unidades industriais da Minerva Foods localizadas nos países latino-americanos, no qual incluem plantas de abate e desossa de bovinos, bem como plantas de processamento de proteína e unidades industriais.

Na parte social, a partir do relatório de sustentabilidade do ano de 2023, pode-se dizer que mais de 22 mil crianças e adultos foram impactados pelas ações de responsabilidade social. Dentre as principais práticas adotadas pela Companhia acerca da estrutura de governança pode-se destacar: Conselho com membros independentes, políticas claras, funções separadas, avaliação de desempenho e alçadas definidas e documentadas nos regimes internos.

4.1.7 Natura Cosméticos S.A.

O Relatório de Sustentabilidade da Natura de 2013 destaca sua estrutura de governança baseada na transparência e ética, com o Comitê de Sustentabilidade integrando a visão *ESG* à estratégia da empresa. Em impacto social, priorizou a inclusão, capacitação de consultoras e apoio a comunidades amazônicas.

Especificamente sobre os investimentos e ações relacionadas à sustentabilidade, o total aplicado em 2013 correspondeu a R\$ 127,7 milhões, conforme relatório de sustentabilidade. O relatório também ressalta que a empresa não recebeu, no período, multas e sanções resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Neste mesmo relatório, em 2007, a empresa decidiu que neutralizaria as emissões de gases que atraem o efeito estufa, na sua cadeia produtiva. Para mais, a empresa trata esse compromisso como uma obrigação construtiva, no qual sabe-se que esse compromisso não é obrigatório no Brasil.

Seguindo nessa percepção, há a norma contábil internacional chamada de IAS 37, no qual regulamenta as provisões e as contingências ativas e passivas. Sabe-se então que, para a companhia registrar em seu balanço patrimonial, a empresa deve alocar no passivo as emissões de carbono que ainda precisa compensar e, no ativo, a representatividade dos investimentos feitos para adquirir os créditos de carbono, no qual são certificados e que ajudam a neutralizar as emissões.

Para o cálculo das emissões, a empresa realiza um inventário de emissões de carbono. Sabe-se que em 31 de dezembro de 2013, a empresa ainda não tinha compensado todas as emissões de carbono realizadas desde 2007. Para mais, esse saldo que aparece no balanço patrimonial consta no passivo, na conta de “outras provisões”. Para mais, conforme notas explicativas, o valor de créditos de carbono da companhia em 2013 é de R\$ 9.317.000,00, no qual configura-se também um ativo ambiental.

A companhia menciona a adesão ao modelo de negócios criado por John Elkington, em 1994. A Natura relata que o conceito representa a expansão do modelo de negócios tradicional para um novo modelo, que passa a considerar a performance ambiental e social da companhia, além da financeira.

Em 2013, mais de 3 milhões de alunos foram beneficiados pelas ações do Instituto Natura. Este por sua vez atua a partir de três pilares, que se complementam: gestão pública da educação, inovação em tecnologias educacionais e transformação educacional e social. Salienta-se que a companhia adquiriu em 2013, a *Aesop*.

Conforme notas explicativas do ano de 2014, o valor de crédito de carbono no ativo é de R\$ 7.947.000,00. Ressalta-se que o valor aportado em sociobiodiversidade e de mudanças climáticas em 2014, nos Programas Amazônia e Carbono Neutro foram R\$ 385.000.000,00 e R\$ 1.731.000,00 respectivamente. Para o Programa Logística Reversa e disposição de resíduos, o valor investido foi de R\$ 6.327.000,00. Sobre o tema água e efluentes e inovação e tecnologias socioambientais, os valores compreendidos chegam a R\$ 2.685.000,00 e 6.645.000,00 de modo respectivo. Na temática social, a contribuição auferida foi de R\$ 2.081.000,00. Os investimentos em patrocínios e associações relacionadas à sustentabilidade bem como o seguro ambiental chegaram na casa dos 1,9 milhões.

No ano de 2014, a governança da Natura incluía um Conselho de Administração com membros independentes, comitês especializados, separação entre *CEO* e presidente do Conselho, avaliação de desempenho e forte integração de práticas *ESG*.

Ressalta-se que no ano de 2015, não houve acesso ao relatório de sustentabilidade. Mas as notas explicativas salientam que o valor de crédito de carbono escriturado no ativo é de R\$ 7.078.000,00. Para mais, no relatório de sustentabilidade de 2017, houve a disposição das informações atreladas ao investimento financeiro em proteção ambiental. Sobre os temas de Sociobiodiversidade, mudanças climáticas e resíduos, os valores compreendidos são de:

R\$ 169.765.000,00, R\$ 764.000.000,00, R\$ 9.935.000,00 de maneira respectiva. Para o tema de Água e efluentes, o investimento chegou a R\$ 3.410.000,00 e, em inovação e tecnologias socioambientais, o valor investido foi de R\$ 6.661.000,00, valores estes acrescidos em relação ao ano de 2014.

Na parte social, o investimento aplicado foi de R\$ 2.784.000,00. Já para a parte de apoios, patrocínios e associações, relacionadas a sustentabilidade, o valor resultou em R\$ 1.263.000,00.

Em 2016, a Natura divulgou seu EP&L⁵ (*Environmental Profit & Loss*) com base em dados de 2013, estimando um impacto ambiental de R\$ 132 milhões. O estudo, pioneiro na América Latina, traduziu em valores financeiros impactos como resíduos, uso da terra, poluição da água e emissões, orientando estratégias sustentáveis.

Só no ano de 2016, a linha Crer pra Ver, arrecadou cerca de 38 milhões de reais no Brasil e nas operações da América Latina. Este, possui como intuito promover educação de qualidade, no qual é uma linha de produtos não cosméticos cujo lucro é revertido para ações de educação. Ressalta-se que conforme relatório de sustentabilidade, não houve multas ou sanções monetárias em assuntos ambientais em 2016. Neste mesmo ano, em notas explicativas, há o valor de R\$ 8.998.000,00 de crédito de carbono, no ativo.

No ano de 2016, conforme tabela informativa disposta no relatório de sustentabilidade do ano de 2017, os investimentos totais em proteção ambiental foram de R\$ 246.624.000,00. Deste valor, foram distribuídos R\$ 220.700.000,00 para a sociobiodiversidade, R\$ 3.293.000,00 para as mudanças climáticas, R\$ 11.735.000,00 para o tema de resíduos e para Água e efluentes o valor de R\$ 3.583.000,00.

Para a parte social, inovação e tecnologias socioambientais, os valores investidos foram de R\$ 2.605.000,00 e R\$ 3.874.000,00 respectivamente. Já para a parte de apoio, patrocínios e associações relacionadas a sustentabilidade chegou a R\$ 1.194.000,00.

Em 2016, a governança corporativa da Natura Cosméticos foi estruturada de acordo com as melhores práticas internacionais, com destaque para a atuação do Comitê de Governança Corporativa, que monitorava e sugeria melhorias no sistema de governança da empresa. O Conselho de Administração supervisionava as decisões estratégicas, enquanto o Conselho Fiscal fazia a auditoria independente.

Em setembro de 2017, a Natura Cosméticos realizou a aquisição da empresa *The Body Shop*. Neste mesmo período, não houve nenhuma multa ou sanção monetária significativa em assuntos ambientais, conforme disposto no relatório de sustentabilidade da companhia. A Natura considera multas significativas aquelas cujo valor ultrapassa R\$ 5 milhões ou que oferecem risco (médio a alto) para a imagem da companhia.

Evidenciou-se ainda no ano de 2017, no relatório de sustentabilidade, o total de investimentos e gastos ambientais. O montante investido é de R\$ 277.796.000,00 distribuídos sobre os temas de: sociobiodiversidade, mudanças climáticas, resíduos, água e efluentes, inovação e tecnologias socioambientais, sociais e outros. Na parte de sociobiodiversidade, mudanças climáticas e resíduos, os valores investidos pela Natura foram de R\$ 249.330.000,00, R\$ 3.151.000,00 e R\$ 10.768.000,00 de modo respectivo.

Para mais, houve mais quatro áreas que a Natura investiu: água e efluentes, inovação e tecnologias socioambientais, social e outros. Na parte de água e efluentes e inovação e tecnologias socioambientais, os valores investidos foram de R\$ 2.824.000,00 e R\$ 9.188.000,00 respectivamente. E as outras duas áreas, social e apoios, patrocínios e associações relacionadas à sustentabilidade, resultaram o investimento de R\$ 1.837.000,00 e

⁵ O EP&L é uma metodologia que converte os impactos ambientais em valores monetários para demonstrar os custos que uma empresa impõe ao meio ambiente. Essa abordagem permite que organizações entendam melhor suas responsabilidades ecológicas e direcionam esforços para mitigar seus impactos.

R\$ 698.000,00. Em relação ao seu ativo, em nota explicativa, a Natura relata que o valor de crédito de carbono em 2017 é de R\$ 10.114.000,00.

A estrutura de governança corporativa adaptou-se um pouco em 2017, no qual o intuito era apoiar a integração de Natura &Co que viria no ano seguinte. O Conselho de Administração da Natura foi ampliado para dez integrantes e reforçou seu caráter internacional. Outra importante evolução foi a criação da função de presidente-executivo do Conselho.

Em fevereiro de 2018, esse grupo, que reúne Natura, *Aesop* e *The Body Shop*, passou a se chamar Natura &Co. No relatório de sustentabilidade escrito pela companhia, os valores considerados significativos para assuntos de multas ambientais utilizam o mesmo critério de 2017.

Nas notas explicativas da companhia, a mesma menciona o valor de crédito de carbono registrado em seu ativo no valor de R\$ 10.314.000,00. Já para o ano de 2019, nas notas explicativas há o valor de R\$ 3.508.000,00 registrado no ativo de crédito de carbono.

No consolidado dos recursos, que também inclui os valores pagos referentes à repartição de benefícios, os pagamentos pela compra de créditos de carbono e os investimentos realizados em infraestrutura das comunidades e para capacitações, entre outros itens, repassaram o valor de R\$ 33,5 milhões em 2019. No ano anterior, foram R\$ 35,8 milhões investidos, mas a redução já era esperada pela Natura, já que, em 2018, realizaram o pagamento relativo à repartição de benefícios que subsidiou a estruturação do Fundo de Desenvolvimento Sustentável da Reserva Iratapuru, no Amapá, e representava um valor acumulado de anos anteriores.

No ano de 2020, conforme relatório de sustentabilidade, estabeleceu-se o mesmo critério de consideração das multas e sanções monetárias. Para mais, a companhia afirma que não houve penalidades monetárias relacionadas a não conformidade ambiental. A Natura divulgou em seu relatório de sustentabilidade, que seu capital natural foi estimado em R\$ 17 milhões. Este valor reflete o compromisso com a conservação de 1,8 milhão de hectares na Amazônia, em 2019.

Ainda em 2020, os créditos de carbono contabilizados no ativo são de R\$ 4.097.000,00. A visão de investimento ambiental também foi incorporada pelo grupo Natura &Co, que prevê um programa de investimentos de cerca de US \$ 100 milhões para seguir desenvolvendo biotecnologia e soluções de resíduos, com reciclagem, redução de plásticos e logística reversa dos resíduos gerados pelas embalagens.

Frente a pandemia da Covid-19, em 2020, a empresa realizou várias ações para as comunidades fornecedoras, no qual foi destinado R\$ 234 mil para 39 cooperativas para aquisição de equipamentos de proteção individual e monitoramento de casos suspeitos e confirmados. Em 19 comunidades, também houve suporte financeiro para deslocamento de pacientes e aquisição de medicamentos. Doaram alimentos, máscaras de proteção, álcool em gel e itens de higiene pessoal a mais de 13 mil famílias da Amazônia, que representam um valor de R\$ 2,6 milhões.

A partir do relatório de sustentabilidade de 2021, destaca-se iniciativas como o desenvolvimento de produtos regenerativos, a conservação de 2 milhões de hectares na Amazônia e o compromisso com a redução de emissões de carbono. Já na parte social, com o intuito de promover igualdade de gênero, inclusão e impacto positivo em comunidades amazônicas.

Já nos anos de 2020, 2021 e 2022, a estrutura de governança é mais integrada e transversal dentro do grupo Natura &Co, fortalecendo sinergias e comissões, especialmente o de Sustentabilidade, para alinhar metas *ESG* e ampliar eficiência.

No ano de 2022, a empresa Natura investiu cerca de R\$ 9,7 milhões em projetos de compensação de carbono. Desde 2017 a empresa possui, em atividade, o primeiro projeto de

pagamento pela compensação de carbono dentro da cadeia produtiva, intitulado Carbono Circular. A iniciativa foi realizada inicialmente em parceria com a Cooperativa de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), que reúne produtores rurais de Porto Velho (RO) e regiões de entorno no Acre e no Amazonas, no Brasil, e compreende três frentes: compra de insumos, repartição de benefícios por acesso ao conhecimento tradicional/patrimônio genético e conservação florestal.

A Cooperativa RECA é fornecedora de ativos para a linha Ekos desde 2001 e está localizada em uma das regiões brasileiras com maior pressão por desmatamento, tanto pela pecuária como pela exploração madeireira. Até 2022, foram pagos mais de R\$ 4,2 milhões às comunidades pelo serviço ambiental prestado de conservação florestal. Em 2022, não houve casos de não conformidade com leis e regulamentos ambientais conforme disposto no relatório de sustentabilidade.

No último ano de composição da Natura à carteira do ISE no qual foi abordado por esse estudo, o percentual chegou a 86,2% de embalagens recicláveis, reutilizáveis e compostáveis. Em 2023, a Natura investiu cerca de R\$ 15 milhões em projetos de compensação de carbono, entre eles os de pagamento de serviços ambientais prestados por comunidades locais, bem como de sistemas de agricultura regenerativos e resilientes às mudanças do clima (agropecuária e extrativismo sustentáveis e sistemas agroflorestais).

4.1.8 Sendas Distribuidora S.A.

A companhia Sendas integrou a carteira do ISE conforme dados B3, nos anos de 2021 e 2023. Entretanto, no relatório de sustentabilidade em 2022 da companhia, na qual relata que aderiu ao ISE da B3, neste mesmo ano. Contudo, optou-se por aderir a amostra esse período relatado.

No início do ano de 2021, a empresa Sendas Distribuidora optou por mais uma decisão estratégica, no qual deu início à cisão das atividades de varejo do Grupo Pão de Açúcar (GPA). Como objetivo dessa transação, que aconteceu em março desse mesmo ano, foi liberar todo o potencial de evolução de ambas as empresas para o melhor aproveitamento de recursos tornando-os mais visíveis para cada um dos negócios, ou seja, a Sendas foi subsidiária do GPA.

Ademais, ressalta-se que a Assaí Atacadista é o nome fantasia da empresa Sendas Distribuidora. Demonstra-se que a companhia reduziu a geração de resíduos com princípios de economia circular, a fomentação da logística reversa a partir de iniciativas de reciclagem junto a parceiros, houve a otimização da frota terceirizada, bem como a eficiência energética e hídrica. Tais iniciativas corroboram para o compromisso da companhia em combater mudanças climáticas, no qual precisou da inovação para o aperfeiçoamento da gestão ambiental no negócio.

Em 2021, o programa contra o desperdício de alimentos chamado de Destino Certo, beneficiou instituições sociais, no qual doaram FLV (frutas, legumes e verduras), que não apresentavam-se esteticamente adequados para venda, mas que estariam adequadas para o consumo. Atenta-se também para a parte de educação ambiental, por meio do Programa de Sustentabilidade, no qual capacitaram os colaboradores sobre consumo consciente, reciclagem, combate ao desperdício e entre outras ações. Em 2021, há também etapas da política socioambiental de compras de carne bovina. O Assaí optou pela aquisição de uma energia mais limpa, que contempla fontes como eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

Desde 2013, a Universidade Assaí proporciona a formação presencial e online conforme os níveis de cargos e desenho das trilhas acessíveis para todos os colaboradores em todo o Brasil.

Sobre a governança corporativa, disposto no relatório de sustentabilidade do ano de 2021, é formado por um Conselho de Administração composto por nove membros, incluindo três independentes e com representação feminina, que definem como políticas gerais e a estratégia de longo prazo. A Diretoria Estatutária, eleita pelo Conselho, é composta por cinco diretores, com mandatos de dois anos. Além disso, o Assaí conta com cinco comitês, nomeados pelo Conselho, que são eles: Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, Comitê de Auditoria, Comitê de Gente e Cultura, Comitê Financeiro e Comitê Estratégico e de Investimento.

No ano de 2022, a empresa expôs no relatório de sustentabilidade a elevação em 20% dos investimentos em consultoria especializada e compensações ambientais, como o plantio de árvores, por exemplo, mas não relata valores investidos.

Em 2022, a companhia realizou grandes avanços no campo ambiental. As emissões de gases de efeito estufa foram reduzidas em 12,3% em relação a 2021, em linha com a meta de redução de 38% até 2030, considerando o ano base de 2015. Além disso, 98,1% das operações já estavam conectadas ao mercado livre de energia, priorizando fontes renováveis. A empresa também intensificou suas ações de logística reversa, alinhando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos e promovendo práticas que incentivam a reciclagem e a economia circular.

No ano de 2022, a companhia aprimorou sua estrutura de governança, incluindo a aprovação de mudanças no estatuto social que aumentou o poder decisório de acionistas minoritários em transações acima de R\$ 100 milhões. Além disso, o Conselho de Administração foi ampliado com a entrada de um membro da alta liderança, fortalecendo a conexão entre a governança e as operações estratégicas.

O ano de 2022 foi marcado pela criação do Instituto Assaí, que concentrou diversas iniciativas sociais. Nesse período, foram distribuídas 242,7 toneladas de alimentos, beneficiando mais de 25 mil famílias, além de capacitar 31.862 empreendedores por meio da Academia Assaí. O instituto se destacou como um importante canal de impacto social, especialmente em comunidades vulneráveis.

Já no ano de 2023, a companhia reforça seu compromisso em manter 100% das operações em conformidade com a legislação ambiental. Para cada nova loja, são realizados estudos de impacto de ambiente, abordando questões como trânsito, ruído e poeira gerada pelas obras. Essas ações visam mitigar os impactos para as comunidades locais e garantir boas relações com autoridades e moradores.

Em 2023, a Sendas Distribuidora reestruturou sua governança, incluindo um novo Conselho de Administração independente, o que fortaleceu a transparência e o alinhamento às metas de sustentabilidade.

Em relação às operações ambientais, em 2023, as emissões foram reduzidas em 10%, evidenciando um ritmo de redução mais lento em comparação ao ano anterior. O percentual de operações no mercado livre de energia caiu para 97%, mas continua próximo do patamar previsto. A logística reversa manteve-se como uma prioridade, alinhada aos compromissos ambientais.

O Instituto Assaí liderou iniciativas importantes em três áreas principais: empreendedorismo, segurança alimentar e esportes. Em 2023, o instituto beneficiou mais de 260 mil famílias vítimas e fez a doação de 3 milhões de toneladas de alimentos para 312 instituições parceiras. A diversidade é uma prioridade, com 43,6% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras e 25% dos cargos de liderança ocupados por mulheres. Essas ações refletem o compromisso da empresa com a inclusão e a equidade. Além disso, o Assaí promoveu o desenvolvimento de pequenos empreendedores, emitindo 16.485 certificados de capacitação em gestão de negócios ao longo do ano.

4.1.9 SLC Agrícola S.A.

A empresa aderiu a carteira do ISE somente no ano de 2023. A SLC Agrícola faz parte do Grupo SLC desde o ano de 1945. Outra empresa que compõem o Grupo é a empresa SLC Máquinas.

A SLC Agrícola destacou importantes investimentos e iniciativas na área ambiental em 2023. Desde 2021, foram destinados R\$ 1 milhão para pesquisa e desenvolvimento no monitoramento de emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a empresa expandiu seu projeto de economia circular, alcançando 99,8% de reciclabilidade nas fazendas.

Outro destaque é o modelo de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), que combina agricultura, pecuária e florestas, abrangendo 300 hectares em 2023, com a meta de atingir 350 hectares em 2024. A preservação ambiental é reforçada pela manutenção de 112,7 mil hectares de mata nativa preservada, representando 35,2% das propriedades, acima do exigido pela legislação.

A empresa mantém um monitoramento ambiental rigoroso e segue a Política de Desmatamento Zero, garantindo que nenhuma área de vegetação nativa seja convertida para produção agrícola, mesmo que legalmente permitida.

A governança é sustentada por comitês especializados, incluindo o Comitê *ESG*, que acompanha metas estratégicas como a neutralidade de carbono até 2030 e a certificação de todas as unidades até 2028. Atualmente, 63,6% das fazendas estão certificadas no Sistema de Gestão Integrado. Além disso, a empresa conta com um Programa de Integridade e *Compliance*, em conformidade com normas globais e voltadas à transparência e ao fortalecimento da ética nos negócios.

O Instituto SLC direcionou R\$ 7,1 milhões para projetos sociais em 2023, priorizando educação, voluntariado corporativo e desenvolvimento territorial. Uma das principais iniciativas é o programa “Semeando Sustentabilidade”, que promove a educação ambiental para estudantes da rede pública nos estados do Maranhão e Mato Grosso.

O Grupo de Ação Socioambiental (GAS) completou 20 anos, com 421 colaboradores voluntários mobilizados para atuar em projetos educacionais em comunidades locais. Essas ações reforçam o compromisso da empresa em gerar impactos sociais positivos tanto internamente quanto nas regiões onde opera.

No relatório de sustentabilidade da companhia no ano de 2023 pode-se observar que houve um valor de R\$ 10.252.000,00, no qual retrata-se a autos de infração emitidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Estado e Meio Ambiente (Sema).

Para mais, não foram encontrados valores que representam o investimento feito que caracterizam o ativo ambiental da companhia no ano de 2023. Foram analisados o balanço patrimonial, as notas explicativas e o relatório de sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, percebeu-se que as empresas listadas neste setor contribuem muito para a funcionalidade econômica deste país. O setor de consumo não cíclico, por sua menor volatilidade, abrange vários segmentos essenciais para a sociedade como: agropecuária, alimentos, bebidas e produtos de higiene, conforme pode ser analisado nesse estudo.

Pode-se analisar também que as empresas que compuseram a carteira do ISE de 2013 a 2023, possuem iniciativas em comum, como: projetos sociais, responsabilidade ambiental de acordo com a especificidade de cada negócio, ações sociais, estrutura governamental. Estes pontos alinhados contribuem para a responsabilidade nas esferas ambiental, social e de governança, nos quais compõem o termo *ESG*. Além disso, essas ações fortalecem a confiança de investidores e consumidores.

Ao alinharem suas práticas com essas diretrizes, as empresas não apenas estão interessadas no desenvolvimento sustentável, mas também reforçam sua adaptabilidade frente aos desafios em conjunto, proporcionando assim o protagonismo econômico e transformável.

Conforme analisado neste artigo, pode-se perceber que muitas companhias nem sempre registram os ativos e passivos ambientais devido a possíveis desafios e barreiras. De acordo com Soares, Stupp e Correa (2022, apud Beneduzi, 2023), a divulgação das informações contábeis ambientais possui caráter voluntário no Brasil e ocorre de acordo com os valores de cada corporação. Outra possibilidade pode ser a de causar riscos à reputação, no caso das divulgações de multas ambientais, na qual pode tangenciar a imagem da companhia.

Entretanto, sabe-se que é de extrema importância e relevância os valores dos ativos e dos passivos ambientais, proporcionando assim a confiança das partes interessadas. Ressalta-se que as companhias que aderirem a essas perspectivas podem contribuir para uma imagem corporativa sólida e socialmente responsável.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal investigar de que maneira os investimentos em sustentabilidade repercutem nos ativos das empresas do setor de consumo não cíclico da B3, que fizeram parte da carteira do ISE de 2013 a 2023. Ademais, pretendeu-se analisar a estrutura dos ativos investidos na área ambiental, bem como as possíveis obrigações advindas de externalidades.

Para os objetivos específicos, projetou-se verificar a evolução dos investimentos em práticas ambientais, pretendeu-se verificar o desenvolvimento de iniciativas sociais promovidas pelas empresas bem como validar o fortalecimento das práticas de governança corporativa sustentável nas empresas do setor de consumo não cíclico que participaram do ISE no intervalo histórico de 10 anos, compreendidos de 2013 a 2023.

A divulgação de informações ambientais nas demonstrações financeiras, conforme orientado pela NBC T 15, traz tanto consequências positivas quanto negativas para as empresas. Ressalta-se também que a evidenciação dos valores dos ativos é mais recorrente nas demonstrações financeiras, enquanto os passivos ambientais, embora existam, não ganham tanta evidência.

Ao divulgar informações sobre os impactos ambientais de suas operações, as empresas demonstram compromisso com a responsabilidade socioambiental, o que pode aumentar a confiança de investidores, reguladores e consumidores. Isso pode resultar em uma valorização da imagem corporativa e na atração de investimentos de investidores preocupados com sustentabilidade. As empresas que atendem aos critérios de sustentabilidade tendem a se destacar em mercados financeiros que priorizam práticas responsáveis, como fundos de investimento ESG. Isso pode facilitar o acesso a capital e até melhorar a classificação de risco.

Além do que, ao atender às normas como a NBC T 15, a empresa poderá evitar multas ou sanções, já que muitas jurisdições exigem a divulgação de riscos e passivos ambientais, especialmente para grandes corporações ou aquelas listadas em bolsas de valores.

Os aspectos negativos estão centrados em alguns elementos bastante específicos, e um deles é relacionado aos custos de *compliance*. A preparação e divulgação de informações ambientais detalhadas podem demandar investimentos significativos em auditoria, consultoria e sistemas de monitoramento, o que pode ser oneroso para a empresa, especialmente para pequenas e médias empresas que não possuem uma infraestrutura robusta. Afinal, não podemos esquecer o que preconiza a NBC T 00 sobre o custo da informação, ou seja, o custo é uma limitação comum em relação às informações que podem ser incluídas no relatório financeiro. A elaboração do relatório financeiro envolve custos, e é essencial que esses custos sejam compensados pelos benefícios de divulgar essas informações.

Outro aspecto negativo que é considerado é a exposição aos riscos. Ao divulgar informações sobre passivos ambientais e riscos associados, a empresa pode se expor a críticas ou a uma percepção negativa do mercado, principalmente se esses dados indicarem problemas sérios ou passivos ambientais elevados. Isso pode afetar o valor das ações e a percepção do público em relação à empresa.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se limitações acerca da evidenciação dos valores dos ativos e dos passivos ambientais nas demonstrações das empresas analisadas. Em algumas empresas, as informações não foram encontradas com facilidade, em outras eram apenas mencionadas nas notas explicativas ou no Relatório de Sustentabilidade. Finalmente, ao refletir sobre sua trajetória, foi possível perceber que o presente estudo atingiu não só os objetivos específicos, mas se revelou uma oportunidade de aprendizado e crescimento acadêmico.

Como sugestão para estudos futuros, propõe-se pesquisas que avaliem as regulamentações específicas na qualidade e na divulgação das informações ambientais, não só nas demonstrações contábeis. Além disso, seria relevante estudos que promovam o desenvolvimento de indicadores financeiros e não financeiros que integrassem as dimensões ambientais, possuindo um formato claro e de possível mensuração, permitindo então aos usuários o melhor entendimento dos ativos e passivos ambientais no desempenho geral da empresa.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE-UFRGS, Maria Juliana Romero; DA SILVA-UFRGS, Letícia Medeiros. **Influência do Índice De Sustentabilidade (ISE) no Preço das Ações das Empresas Varejistas**. 2023.
- ALCÂNTARA, Samara Oliveira. **Investimentos Sustentáveis: a influência do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE no Mercado de Capitais Brasileiro**. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 2, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v12i2.2657>. Acesso em: 20 out. 2024.
- ATCHABAHIAN, Ana Cláudia Ruy C. **ESG Teoria e prática para a verdadeira sustentabilidade nos negócios**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553620500. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620500/>. Acesso em: 01 conjunto. 2024.
- BATAGLIA, Walter. Temática sobre Desenvolvimento Sustentável. Temática sobre Desenvolvimento Sustentável, Revista de Administração Mackenzie, ano 2011, v. 12, ed. 3, p. 13-20, 17 jun. 2011. DOI ISSN 1678-6971. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/issue/view/191>.
- BM&FBOVESPA **Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2015. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/produtos>. Acesso em: 26 out 2024.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/www.planalto.gov.br/civil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1.003, de 19 de novembro de 2004. **Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 2004. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. pág.41. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. pág.25. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 06 nov. 2024.

GIL, Antonio C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HARRACA, Paula. **O poder transformador do ESG**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil LTDA, 2022.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa - 6º edição**. 2023. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24667>. Acesso em: 29 de setembro de 2024.

LAMEIRA, Valdir de Jesus; LEE NESS JR. Walter; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. **Sustentabilidade, Valor, Desempenho e Risco no Mercado de Capitais Brasileiro**. Rev. gesto. neg. 2013. Vol. 15(46):76-90. DOI: 10.7819/rbgn.v15i46.1302

LEHNHART, Eliete dos Reis; TAGLIAPIETRA, Rafaela Dutra. **Metodologia da pesquisa: gestão pública municipal**. 1.ed. Santa Maria, RS: UFSM, CTE, 2023.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MACHADO, Pâmela Steffen; SCHRÖDER, Nádia Teresinha; OLIVEIRA, Renata Farias. **ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa): cenário brasileiro**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 14., 2023, Natal. Anais [...]. Natal: IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.55449/dx.doi.org/10.55449/congea.14.23.VII-026>. Acesso em: 14 out. 2024.

MENEGHETTI, Antonio. (2019), **Sistema & Personalidade**, São João do Polêsine, Brasil, Ontopsicológica Editora Universitária.

MENEGHETTI, Fundação Antonio. 2019. **Formando lideranças para o desenvolvimento futuro: compartilhando experiências**. Ontopsicológica Editora Universitária. Recanto Maestro, São João do Polêsine, RS, Fundação Antonio Meneghetti.

NETO, Alexandre A. **Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597028171. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028171/>. Acesso em: 28 conjuntos. 2024.

PACTO GLOBAL BRASIL. **O que é ESG?**. 2023. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/esg/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PORTER, M. E.; van der LINDE, C. **Toward a new conception of the environment competitiveness relationship**. Journal of Economic Perspectives, v. 9, n. 4, p. 97-118, 1995.

RIBEIRO, Máisa de S. **Contabilidade Ambiental** - 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. ISBN 9788502108837. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502108837/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. ISBN 9788597008920. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008920/> . Acesso em: 28 conjuntos. 2024.

SILVA, Vanessa Meneses; DE LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. **Contabilidade ambiental: análise da participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e a rentabilidade das empresas listadas na [B] 3**. Revista Gestão & Tecnologia, v. 19, n. 2, p. 109-125, 2019.

SOLER, Fabrício; PALERMO, Carolina. **ESG (ambiental, social e governança): da teoria à prática**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. ISBN 9786553624276. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624276/>. Acesso em: 01 conjunto. 2024.

TOLEDO, Roberto Farias de; FILHO, José Rodrigues de F. **Sustentabilidade em Gestão de Projetos**. São Paulo: Grupo Almedina, 2023. E-book. ISBN 9786587019666. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587019666/>. Acesso em: 10 conjuntos. 2024.

WILLARD, Bob. **Como fazer a empresa lucrar com sustentabilidade: aumente a receita e a produtividade & reduza riscos e despesas**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788502223752. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502223752/>. Acesso em: 10 set. 2024.

APÊNDICE A - LISTAGEM DAS EMPRESAS EM ORDEM CRONOLÓGICA
CONFORME CATEGORIAS DE ANÁLISE

	Empresas	Categorias de análise				
		Práticas ambientais	Iniciativas Sociais	Governança Corporativa	Ativo Ambiental	Passivo Ambiental
2013	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
2014	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
2015	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☐	☒	☐
2016	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
2017	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
2018	Natura Cosméticos S.A.	☐	☐	☐	☒	☐
2019	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☐	☒	☐
2020	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
2021	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Cia Brasileira de Distribuição	☒	☒	☒	☐	☐
	M.Dias Branco S.A. Ind. Com. de Alimentos	☒	☒	☒	☒	☒
	Marfrig Global Foods S.A.	☒	☒	☒	☒	☒
	Minerva S.A.	☒	☒	☒	☐	☐
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☒	☒	☐	☐
	Sendas Distribuidora S.A.	☒	☒	☒	☐	☐
2022	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☐
	Cia Brasileira de Distribuição	☒	☒	☒	☐	☐
	M.Dias Branco S.A. Ind. Com. de Alimentos	☒	☒	☒	☐	☒
	Marfrig Global Foods S.A.	☒	☒	☒	☒	☐
	Minerva S.A.	☒	☒	☒	☒	☐
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☐	☒	☐	☒
	Sendas Distribuidora S.A.	☒	☒	☒	☐	☐
2023	Ambev S.A.	☒	☒	☒	☐	☒
	BRF S.A.	☒	☒	☒	☒	☐
	Cia Brasileira de Distribuição	☒	☒	☒	☐	☐
	M.Dias Branco S.A. Ind. Com. de Alimentos	☒	☒	☒	☐	☐
	Marfrig Global Foods S.A.	☒	☒	☒	☒	☐
	Minerva S.A.	☒	☒	☒	☐	☐
	Natura Cosméticos S.A.	☒	☐	☒	☐	☐
	Sendas Distribuidora S.A.	☒	☒	☒	☐	☐
	SLC Agrícola S.A.	☒	☒	☒	☐	☒

Legenda



Não foram disponibilizados e/ou não encontrados as informações no Relatório de Sustentabilidade, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas.



Foram disponibilizados e encontradas as informações no Relatório de Sustentabilidade, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas.

Fonte: elaborada pela autora (2024).